

A Desconfiança Política e
os seus Impactos na Qualidade
da Democracia



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor João Grandino Rodas
Vice-reitor Hélio Nogueira da Cruz



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente Plínio Martins Filho

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente Rubens Ricupero
Vice-presidente Carlos Alberto Barbosa Dantas
Antonio Penteadó Mendonça
Chester Luiz Galvão Cesar
Ivan Gilberto Sandoval Falleiros
Mary Macedo de Camargo Neves Lafer
Sedi Hirano

Editora-assistente Carla Fernanda Fontana
Chefe Téc. Div. Editorial Cristiane Silvestrin

A Desconfiança Política e
os seus Impactos na Qualidade
da Democracia

JOSÉ ÁLVARO MOISÉS E RACHEL MENEGUELLO
(ORGANIZADORES)



Copyright © 2013 by

Ficha catalográfica elaborada pelo Departamento Técnico do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. Adaptada conforme Normas da Edusp.

Bacha, Carlos José Caetano, 1962-

Macroeconomia Aplicada à Análise da Economia Brasileira / Carlos José Caetano Bacha. – 2. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

264 p.; 19,5 x 27 cm. – (Acadêmica; 55).

Inclui bibliografia.

Apêndice: Exercícios.

ISBN 978-85-314-0831-8

1. Macroeconomia. 2. Análise econômica. 3. Economia brasileira. I. Título. II. Série.

CDD-330.981

Direitos reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Av. Corifeu de Azevedo Marques, 1975, térreo
05581-001 – Butantã – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: Tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150
SAC (11) 3091-2911 – Fax (11) 3091-4151
www.edusp.com.br – e-mail: edusp@usp.br

Printed in Brazil 2013

Foi feito o depósito legal

SUMÁRIO

Introdução

Os Efeitos da Desconfiança Política para a Legitimidade Democrática <i>José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello</i>	II
--	----

I – Que Fatores Afetam a Adesão à Democracia?

1. Cidadania, Confiança Política e Instituições Democráticas <i>José Álvaro Moisés</i>	27
2. Os Significados da Democracia Segundo os Brasileiros <i>José Álvaro Moisés</i>	51
3. As Bases do Apoio ao Regime Democrático no Brasil <i>Rachel Meneguello</i>	93
4. Desafios da Maioridade das Eleições Democráticas <i>José Álvaro Moisés</i>	121
5. Mídia e Apoio Político à Democracia no Brasil <i>Nuno Coimbra Mesquita</i>	147
6. A Educação Brasileira e seus Retornos Políticos Decrescentes <i>Rogério Schlegel</i>	175

II – Efeitos da Corrupção Política e da Desconfiança no Judiciário, na Polícia e nos Serviços Públicos

7. Corrupção Política e Democracia no Brasil Contemporâneo <i>José Álvaro Moisés</i>	201
8. Telejornal e Corrupção: Notícias Negativas, Percepção Negativa? <i>Nuno Coimbra Mesquita</i>	237
9. Impacto da Corrupção sobre a Qualidade do Governo Democrático <i>Umberto Guarnier Mignozzetti</i>	259
10. A Avaliação do Judiciário e o Acesso à Cidadania na Visão dos Brasileiros <i>Fabiola Brigante Del Porto</i>	281
11. Por que os Brasileiros Desconfiam da Polícia? – Uma Análise das Causas da Desconfiança na Instituição Policial <i>Cleber da Silva Lopes</i>	309
12. Serviços Públicos: O Papel do Contato Direto e do Cidadão Crítico nas Avaliações das Instituições <i>Robert Bonifácio e Rogério Schlegel</i>	341

Considerações Finais

O Papel da Confiança para a Democracia e as suas Perspectivas <i>Rachel Meneguello e José Álvaro Moisés</i>	361
--	-----

Referências Bibliográficas.....	369
Sobre os Autores.....	389

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SEUS RETORNOS POLÍTICOS DECRESCENTES

Rogério Schlegel

INTRODUÇÃO

O aumento da escolaridade média verificado no país nas últimas décadas terá mudado o comportamento político do brasileiro? Este capítulo pretende fazer avançar a resposta a essa pergunta. A perspectiva teórica convencional espera que aumentos da instrução formal da população torne seus comportamentos e atitudes mais democráticos. Essa expectativa é compartilhada pelas elites brasileiras, que consideram que o baixo nível de escolaridade da população é o principal entrave à democracia, segundo os mais recentes dados disponíveis¹.

A educação é dos fatores mais relevantes como preditor do comportamento político do cidadão. Mesmo em modelos multicausais, a escolaridade costuma ser apontada nos estudos da ciência política como um dos determinantes cruciais para atitudes desejáveis para a convivência democrática, como apoio à democracia e disposição de participar. No nível individual, a instrução formal é a variável socioeconômica e demográfica com os mais claros efeitos em análises do tipo transversal (*cross-sectional*), que contemplam um único ponto no tempo. Nesses estudos, ela aparece em correlação consistente, forte e positiva com dimensões como interesse por política, uso da mídia, conhecimento de informações políticas, comparecimento às urnas

1. Reis, 2000.

ou com indicadores relacionados a atitudes democráticas e legitimidade, como tolerância, eficácia política e confiança nas instituições – neste último caso, com sinal negativo. Por conta disso, a educação já foi descrita como “solvente universal” em tentativas de explicar diferentes facetas do comportamento político².

O impacto de mudanças nos níveis médios de escolarização de uma nação foi teorizado apenas lateralmente nos estudos que lançaram a base para a compreensão das relações entre educação e política. Há um ponto em comum nessas análises: a partir das associações válidas para a *escolaridade elevada* em um ponto do tempo, o usual foi inferir resultados semelhantes para a *elevação da escolaridade* ao longo do tempo. Nessa linha, o aumento da escolarização foi retratado como “provavelmente o mais importante” elemento para criar e manter a adesão à democracia³, como determinante crucial da cultura cívica, capaz de gerar um ator político diferenciado⁴, e como fator cuja expansão na sociedade torna “muito provável” a elevação da participação e da atenção à política⁵. A presunção de que o aumento da escolaridade média conduz à elevação sustentada do conhecimento sobre política, da participação, da tolerância e do apoio à democracia pode ser descrita como “visão dominante” nos meios acadêmicos⁶ e, para maior clareza na argumentação, será chamada aqui de perspectiva convencional.

Ocorre que evidências empíricas abundantes contrariam a expectativa central dessa abordagem. Já no final dos anos de 1970, Brody⁷ apresentava o que chamou de “quebra-cabeça da participação”: indicadores de ativação política nos Estados Unidos mostravam queda na comparação com décadas anteriores, apesar de os recursos materiais e cognitivos – com destaque para a educação – terem crescido de maneira pronunciada no conjunto da população. Nie *et al.*⁸ apontaram estagnação ou declínio em diferentes dimensões da participação e da atenção dada pelos norte-americanos à política no período entre 1972 e 1994. Delli, Carpini e Keeter⁹ apuraram que, no agregado, o conhecimento sobre política não cresceu nos Estados Unidos entre os anos de

2. Converse, 1972.
3. Dahl, 1961.
4. Almond e Verba, 1965.
5. Converse, *op. cit.*
6. Nie *et al.*, 1996, pp. 97-98.
7. Brody, 1978.
8. Nie *et al.*, *op. cit.*
9. Delli Carpini e Keeter, 1996.

1950 e 1990, apesar do aumento nos níveis médios de instrução. Em análise com 94 países, Acemoglu *et al.*¹⁰ constataram que nações com aumento da escolaridade média entre 1970 e 1995 não mostraram tendência de se tornarem mais democráticas pelos critérios da Freedom House.

O contexto brasileiro recente é especialmente promissor para a investigação das relações entre educação e comportamento político. Nas últimas décadas, o acesso à escola passou por um crescimento espetacular, atingindo proporções inéditas no país e com ritmo raro no restante do mundo¹¹. Houve clara elevação da escolaridade média da população¹², mas com prejuízo para a qualidade do ensino oferecido – definida em termos de retenção de conhecimento e desenvolvimento de capacidades cognitivas. Terá essa expansão produzido o cidadão diferenciado previsto pela abordagem convencional – alguém que se interessa por política, é participativo, tem apreço pela democracia e saudável desconfiança nas instituições democráticas, por exemplo?

As sucessivas pesquisas de opinião realizadas por iniciativa dos coordenadores do projeto “A Desconfiança dos Cidadão das Instituições Democráticas” oferecem meios para perseguir a resposta a essa pergunta. São quase duas décadas cobertas por questionários avaliando o comportamento político do brasileiro com questões idênticas ou similares. Dados que, ainda que distantes do desenho de pesquisa ideal para o tema, têm o mérito de tornar viável uma análise inédita sobre a questão. Neste capítulo, a proposta é avaliar o impacto a escolaridade em três frentes: apoio à democracia; diferentes dimensões da participação; e a confiança nas instituições democráticas.

Em lugar de uma resposta direta e difícil de sustentar dada a complexidade do tema, o que se pode oferecer aqui é uma avaliação sobre a recompensa representada pela escolaridade no nível individual. Para avaliar o impacto da educação, não basta descrever a trajetória ao longo do tempo do comportamento político no agregado. Este texto trabalha com a ideia de retorno político associado à transição entre os diferentes níveis de escolarização. Por exemplo, quanto o ensino médio representa de diferencial, em matéria de comportamento político, quando comparado ao fundamental. Dessa forma, é possível quantificar o impacto da escolaridade em um ponto do tempo e também comparar o ganho adicionado em diferentes pontos do tempo.

10. Acemoglu *et al.*, 2004.

11. Castro, 2007; Menezes Filho, 2008.

12. Barro e Lee, 2000.

As evidências para o caso brasileiro contrariam a perspectiva convencional tanto na abordagem transversal quanto na longitudinal, como se verá em detalhes adiante.

Além desta introdução, este capítulo tem outras quatro seções. Na seguinte, discutem-se modelos teóricos para entender os impactos políticos da educação, sobretudo nas três frentes analisadas – apoio à democracia, participação e confiança institucional. Em seguida, será descrito o contexto educacional brasileiro, marcado por expansão do sistema de ensino e queda na qualidade nas últimas décadas. Na seção seguinte, serão apresentadas duas hipóteses e reproduzidas as análises estatísticas usadas para testá-las. Na conclusão, a discussão das evidências encontradas.

A EDUCAÇÃO E SEUS EFEITOS

Há associações recorrentes entre escolaridade e comportamento político em estudos transversais – tipo de análise que constituiu o padrão para a investigação das relações entre educação e política¹³. No entanto, é grande a dificuldade de estabelecer cadeias causais que deem conta dessas relações, sobretudo em virtude do impacto abrangente da instrução formal sobre o indivíduo¹⁴. No que toca à influência sobre o comportamento político, três efeitos amplos da escolarização são especialmente relevantes:

- *Desenvolvimento das capacidades cognitivas*: representado pela ampliação das habilidades intelectuais que favorecem a compreensão e a capacidade de aprender. Por meio do treinamento obtido ao longo da vida escolar, a pessoa aprende a categorizar e relacionar objetos do mundo objetivo, interpretar situações e resolver problemas. Os mais escolarizados têm conhecimento mais amplo e profundo não apenas de fatos enciclopédicos, mas também de seu mundo contemporâneo. Entre eles, é maior a probabilidade de buscar conhecimento novo e de manter-se conectado a fontes de informação ao longo de toda vida¹⁵.
- *Aprendizado de valores*: frequentando a escola, o indivíduo é socializado nos valores prevaletentes na sociedade ou em seu grupo social, introjetando as regras sociais. Ela é um canal para a manutenção de

13. Acemoglu *et al.*, *op. cit.*

14. Barro, 1999; Hillygus, 2005; Campbell, 2009.

15. Hyman *et al.*, 1975; Delli Carpini e Keeter, *op. cit.*

valores¹⁶, para eventual mudança de valores¹⁷ e para o aprendizado das formas que a convivência social deve ter¹⁸.

- *Efeitos posicionais ou de credencial*: por meio da escolarização, o indivíduo também “aprende” seu lugar na sociedade e nas redes sociais, posição com grande influência de seu *background* familiar¹⁹. Além disso, os títulos educacionais são quesito relevante considerado nas seleções por que o indivíduo passa na vida. Possuir determinado nível de escolaridade, independentemente do conhecimento e das habilidades associadas a ele, favorece seu posicionamento social²⁰.

Neste estudo, optou-se por abordar os impactos da educação sobre apoio à democracia, participação e confiança em instituições diretamente envolvidas no funcionamento democrático – governo, Congresso, partidos e Judiciário. Embora se trate de escolha condicionada pelas variáveis disponíveis nas pesquisas de opinião analisadas, a literatura do campo relata efeitos marcantes da escolaridade nas três frentes. E as três podem ser tomadas como atitudes ou comportamentos políticos desejáveis para a convivência democrática, pelas razões que discuto a seguir. Passemos aos marcos teóricos fundamentais para cada uma dessas frentes e à discussão sucinta sobre a operacionalização de cada uma delas.

APOIO À DEMOCRACIA

Do ponto de vista empírico, é recorrente a correlação entre escolaridade e apoio à democracia observando um único ponto no tempo. Mas não são inequívocos os mecanismos mobilizados. Desenvolvimento da tolerância, rejeição a estruturas hierárquicas de poder e preferência pela solução pacífica de conflitos são alguns dos elementos pesquisados em décadas de estudos sobre o tema.

Pelo lado das consequências, o apoio à democracia e seus princípios é desejável para convivência na comunidade política por se tratar de uma das dimensões da legitimidade que sustenta esse regime. É ele que leva os cidadãos a aceitar as derrotas inerentes à democracia, que se caracteriza justamente pela incerteza do resultado dos conflitos entre diferentes interesses. É questionável se baixos níveis de apoio ao regime democrático levam a ditaduras, revolução ou guerra civil, como já cogitado. A pesquisa recente demonstra

16. Bourdieu e Passeron, 1990.

17. Inglehart, 1993.

18. Glaeser *et al.*, 2007.

19. Bourdieu e Passeron, *op. cit.*; Nie *et al.*, *op. cit.*

20. Collins, 1979; Wolf, 2002.

que queda nos níveis de apoio aos princípios democráticos tende a afetar negativamente a disposição de participar²¹.

No Brasil, estudos apontam crescente e elevado apoio aos princípios democráticos nas últimas décadas. Perto de dois terços dos cidadãos consideram a democracia o melhor regime político²². Os estudos costumam utilizar questão em que a preferência pela democracia aparece contrastada com a escolha por um regime autoritário e há possibilidade de o entrevistado declarar que “tanto faz” qual o tipo de regime instalado no país. Trata-se de uma forma de levar em conta a memória dos cidadãos com a experiência autoritária vivida até 1988 e também de captar a indiferença diante dos dois polos²³. As pesquisas utilizadas neste capítulo foram elaboradas com esse espírito e foi possível traçar a tendência de preferência pela democracia ao longo de dezessete anos com base nessa questão. Também foram utilizadas como indicador de apoio ao regime as respostas “não sei” à questão sobre o significado da democracia, seguindo estudos anteriores em contextos de baixa escolaridade, como a África Subsaariana²⁴.

Por fim, mostrou-se metodologicamente interessante utilizar perguntas dos questionários que permitissem avaliar a aprovação a princípios democráticos sem que fosse mencionada a palavra democracia – uma maneira de minimizar o eventual viés causado pelo sentido positivo que a expressão carrega na atualidade²⁵. Será explorada aqui a defesa da atuação de um líder “salvador” ou “que coloque as coisas no lugar”, para captar concordância com o que O’Donnell²⁶ definiu como democracia delegativa. Espera-se que essa atitude diminua de intensidade com maiores níveis de escolaridade – mesma tendência prevista para o desconhecimento do significado da democracia.

PARTICIPAÇÃO

Os mais escolarizados tendem a participar mais por canais convencionais – comparecendo para votar, por exemplo – e não tradicionais – como tomando parte em associações voluntárias, abaixo-assinados ou manifestações²⁷. Também em novos campos, como via internet, a escolaridade costuma estar correlacionada com maior participação²⁸.

21. Booth e Seligson, 2009.

22. Moisés e Carneiro, 2008.

23. Moisés, 1995; Meneguello, 2007.

24. Bratton *et al.*, 2005.

25. Dalton, 2004.

26. O’Donnell, 1991.

27. Verba *et al.*, 1995.

28. Best e Krueger, 2005.

A explicação central para essa associação é de que a escolaridade diminui os custos, aumenta os recursos e estimula a motivação para participar²⁹. Pelo lado de custos e recursos, as capacidades cognitivas ampliadas que vêm com a instrução formal tornam o sistema político mais fácil de compreender. Também aumentam o acesso à informação factual e sobre o funcionamento do sistema político. A educação ainda traz ganhos em outras áreas que, da mesma forma, representam recursos adicionais para a participação; o mais decisivo deles é a renda ampliada.

Apresenta-se neste ponto a participação como desejável para a convivência democrática porque os mais ativos têm mais chances de terem seus interesses atendidos pelo sistema político. E, normativamente, é desejável que as decisões coletivas considerem igualmente as preferências de cada cidadão.

Na operacionalização do conceito de participação, é levado em conta que se trata de objeto amplo, com diferentes dimensões, nas quais atuam mecanismos específicos. Assim, a participação por canais tidos como tradicionais, por envolver instituições consagradas como intermediadoras na política (voto e partidos, por exemplo), tende a apresentar queda sustentada no período observado³⁰; canais menos institucionalizados (como a subscrição de abaixo-assinados) se tornam proeminentes. As chamadas novas formas de participação, que apresentam menos coordenação das elites e mais atuação espontânea do cidadão isolado ou em redes horizontais, são apontadas como até mais dependentes das habilidades e recursos individuais do cidadão, inclusive a escolaridade³¹.

A partir da tipificação proposta por Topf³², serão analisadas as variáveis que representam diferentes dimensões da participação: no campo convencional, observa-se a disposição de votar e a participação em partidos; no campo das novas formas de ação, analisa-se a atuação em grupos formais ou informais e diferentes formas de protesto (participar de sindicato, assinatura de abaixo-assinado, tomar parte em manifestações e participar de greves). Duas variáveis gerais de ativação também foram incluídas na análise: interesse por política e atração (exposição ou atenção) por notícias políticas.

CONFIANÇA EM INSTITUIÇÕES

A confiança em instituições é outra dimensão da legitimidade democrática, caracterizada por ter dinâmica autônoma se cotejada a outros níveis de apoio

29. Verba *et al.*, *op. cit.*

30. Inglehart, 2002; Dalton, *op. cit.*

31. Dalton e Klingemann, 2007.

32. Topf, 1995.

ao regime. Moisés³³ já apontou o aparente paradoxo existente no Brasil e em outros países latino-americanos, nos quais elevados níveis de preferência pela democracia convivem com reduzida confiança institucional. Em estudo recente envolvendo México e sete países centro-americanos, maior escolarização apareceu associada a aumento do apoio aos princípios democráticos e à redução da confiança nas instituições³⁴.

É discutível o sentido da associação entre escolaridade e confiança nas instituições. Nie *et al.*³⁵ não detectaram correlação robusta entre os dois. Schlegel³⁶ relatou associações com sinais diferentes para dimensões diversas da avaliação de instituições democráticas: no caso de avaliações imediatas de Congresso, partidos e governo, a correlação tinha sinal negativo, isto é, maior escolaridade representava pior avaliação; avaliações relacionadas ao papel de políticos e partidos no regime tiveram sinal positivo.

Adota-se, aqui, como premissa a noção de que a educação desenvolve no cidadão ferramentas que permitem observar com maior clareza os déficits no funcionamento das instituições democráticas. A capacitação cognitiva e o aumento do acesso à informação trazidos pela instrução formal fazem com que maior educação apareça associada à menor confiança³⁷. As pesquisas empregadas oferecem oportunidade de testar quatro dimensões da confiança: no governo, no Congresso, nos partidos e no Judiciário.

O CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

O que torna o Brasil um caso privilegiado para a observação dos impactos políticos da instrução formal é seu contexto educacional singular. Marcado por um atraso histórico, o sistema de ensino brasileiro passou por uma expansão espetacular nas últimas décadas (gráfico 1). A virtual universalização do nível fundamental foi acompanhada de queda na sua efetividade, em termos de desenvolvimento de habilidades e retenção de conhecimentos. Ensinos médio e superior também viveram um *boom* em termos de matrículas, no caso do primeiro com efeitos negativos para a qualidade demonstrados em estudos quantitativos.

A trajetória descrita em balanços de diferentes matizes pedagógicas é de crescente democratização da educação, porém, com claros prejuízos à qua-

33. Moisés, 2005a.

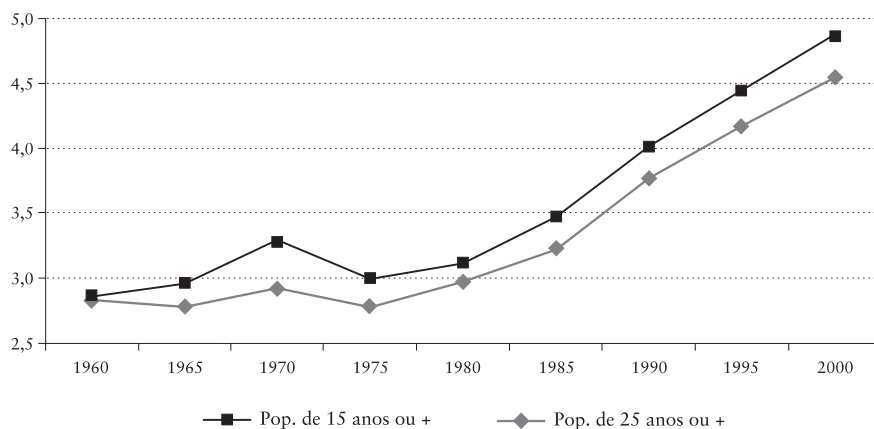
34. Booth e Seligson, 2009.

35. Nie *et al.*, *op. cit.*

36. Schlegel, 2005.

37. Norris, 1999b.

Gráfico 1 Média dos anos de estudo no Brasil



Fonte: Barro e Lee, 2000. Disponível em: <http://www.cid.harvard.edu/ciddata.html>.

lidade, que já não era a desejável antes do início do processo³⁸. Mas faltam dados que permitam avaliar mais precisamente as características da perda de qualidade do ensino ocorrida paralelamente à expansão acelerada. Qual teria sido o auge do sistema brasileiro em termos de qualidade ou qual a magnitude da sua queda, por exemplo?

Só a partir de 1995 há testes que permitem a comparação do desempenho dos alunos em diferentes anos de aplicação. Naquele ano, o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb)³⁹ adotou metodologia com comparabilidade de um ano para o outro, aplicada às áreas de língua portuguesa e matemática (gráficos 2 e 3). A prova utiliza um sistema de pontos em que os níveis de aprendizado são tomados como cumulativos e é fixado o patamar desejável para cada série, analisada em uma escala que vai de 0 a 500 pontos.

A análise longitudinal das médias sugere processos de relevância para este estudo.

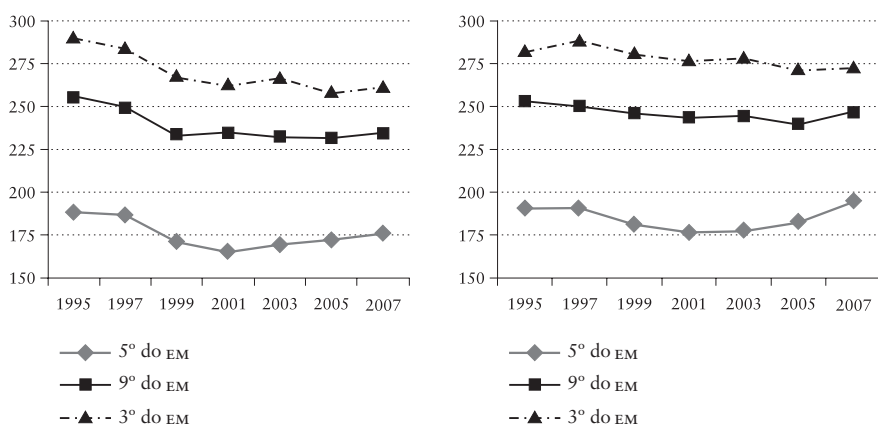
- No caso do 5º ano do ensino fundamental, houve queda nas médias durante a segunda metade dos anos de 1990, seguida de recuperação no restante do período;

38. Torres, 1998; Schwartzman, 2005; Oliveira e Araújo, 2005; Castro, 2007.

39. Implementado no Brasil em 1990, o Saeb envolve provas realizadas de dois em dois anos com alunos dos 5º e 9º anos do fundamental e do 3º ano do ensino médio. A base desse sistema de avaliação é amostral e também são aplicados questionários contextuais com diretores, professores e alunos.

- Para o 9º ano do ensino fundamental, foi registrada queda na segunda metade dos anos de 1990, tendendo à estabilização no final do período;
- No 3º ano do ensino médio, houve tendência acentuada de queda ao longo do período, com estabilização apenas na última avaliação; no intervalo, esse foi o nível de escolaridade com maior queda na média de desempenho, em termos absolutos e relativos.

Gráficos 2 e 3 Média de pontos no Saeb de língua portuguesa e matemática



Fonte: Inep (2007).

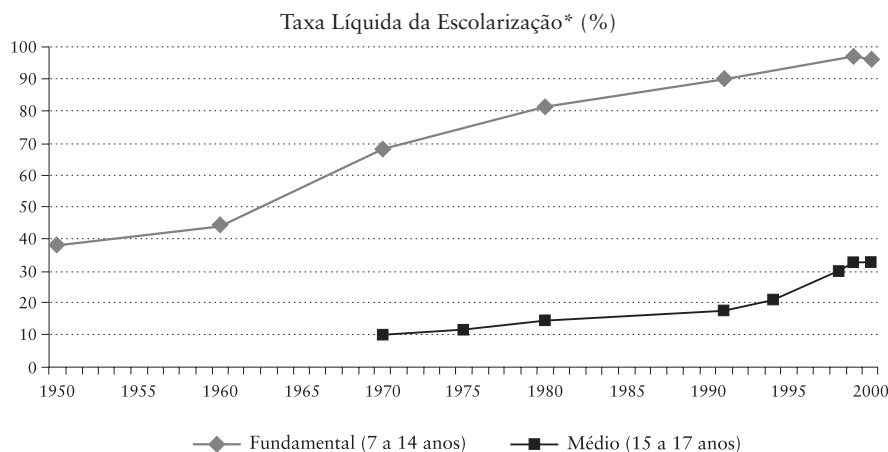
Apenas o resultado dos alunos do 5º ano do ensino fundamental em matemática superou a primeira marca, de doze anos antes. As maiores quedas na comparação das duas pontas das séries históricas ficaram para o nível médio, com o desempenho do 9º ano do fundamental mostrando tendência intermediária. Isso sugere que cada uma dessas etapas de escolarização – anos iniciais do fundamental, anos finais do fundamental e ensino médio – vive momento diferente na trajetória de sua qualidade.

O mesmo ocorre em termos de expansão. Enquanto o fundamental teve seu pico de crescimento entre 1960 e 1980, o médio passou por um grande processo de expansão a partir do início dos anos de 1990, ainda mais pronunciado na segunda metade da década (gráfico 4). O médio apresentou a maior perda de qualidade entre 1995 e 2007, coincidindo com sua fase de crescimento acelerado. O período analisado aqui, a partir das pesquisas de opinião, coincide justamente com o de aceleração mais marcada na expansão do médio.

A quase totalidade dos estudos sobre impactos da educação no comportamento político não leva em conta a qualidade do ensino. De um

lado, as pesquisas que fundaram as bases desse campo de investigação foram realizadas nos Estados Unidos e em países europeus, nações que não experimentaram expansão tão concentrada e capaz de fazer oscilar a qualidade do aprendizado de forma tão dramática quanto no caso brasileiro. De outro lado, o usual é pesquisas e bases de dados sobre comportamento político não contemplarem, com riqueza de detalhes, o processo educacional por que passaram os indivíduos. No entanto, estudos que podem ser considerados exceção detectaram associação consistente entre medidas de desenvolvimento cognitivo, escolaridade e comportamentos como engajamento cívico⁴⁰ e disposição de votar^{41,42}. Embora o desenho deste estudo não permita incluir a qualidade nos modelos para explicar o comportamento individual, ela será considerada na elaboração de nossas hipóteses, na próxima seção.

Gráfico 4 Expansão do Ensino Fundamental e do Médio



Fonte: Inep.

* A taxa de escolarização líquida representa a relação entre o número de matrículas em dado nível de instrução comparado com o número de indivíduos da população com a idade esperada para aquele nível (7 a 14 anos, no caso do fundamental, e 15 a 17 para o médio).

40. Nie *et al.*, *op. cit.*

41. Hillygus, 2005.

42. Nie e colegas incluíram uma medida de proficiência cognitiva em seu *Citizen Participation Study*, de 1990, pela qual os respondentes eram convidados a identificar o significado de dez palavras a partir de um grupo de respostas; essa avaliação mostrou associação positiva com anos de escolarização e com variáveis relacionadas à participação. Hillygus empregou o Scholastic Achievement Test (SAT), destinado a medir a proficiência verbal de alunos prestes a iniciar a faculdade, e encontrou associação com dimensões da ativação política.

HIPÓTESES, DADOS E ANÁLISES

Nesta seção, são testadas duas hipóteses formuladas a partir da revisão da perspectiva convencional sobre educação e política, cotejada com o contexto educacional brasileiro.

- Em cada ponto do tempo observado isoladamente, a educação mostra impactos positivos nos comportamentos e atitudes relacionados ao apoio à democracia e à participação; no caso da confiança nas instituições, a associação tem o sentido inverso (mais escolaridade será acompanhada de menos confiança);
- A recompensa política dos níveis mais elevados de instrução (médio e superior) caiu no intervalo analisado (entre o fim dos anos de 1980 e meados dos anos de 2000).

A primeira hipótese destina-se a verificar se a perspectiva convencional, que prevê associação entre a educação e as variáveis políticas escolhidas, é válida para as condições brasileiras contemporâneas. Ela será confirmada se, nos modelos de regressão logística apresentados mais adiante, maior escolaridade representar maiores chances de os cidadãos relatarem atitudes e comportamentos mais democráticos. Estudos recentes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) avaliam os “resultados sociais da educação” (“social outcomes of education”)⁴³ utilizando metodologia semelhante: pesquisas nacionais e o cálculo das diferenças atitudinais entre níveis de escolaridade para avaliar os ganhos adicionados⁴⁴.

A segunda hipótese envolve avaliar a maneira por meio da qual o crescimento da escolaridade no Brasil impactou comportamentos políticos ao longo das últimas décadas. Traçar simplesmente a trajetória de dado comportamento no tempo para o agregado da nação não permitiria discriminar o efeito independente gerado pelo aumento da escolarização. Digamos que a desconfiança em relação às instituições tenha crescido, no conjunto da população, desde os

43. OECD, *Education at a glance 2009*, p. 170.

44. OECD, *Education at a glance 2007* e *Education at a glance 2009*. Três indicadores são considerados nesses estudos: auto-avaliação da saúde do indivíduo, seu interesse por política e seu nível de confiança interpessoal. Os dois últimos refletiriam a “coesão da sociedade” (“cohesiveness of society”, OECD, 2009, p. 170). A partir de dados do European Social Survey, ondas de 2004 e 2006, e do World Values Survey, onda 2005, os relatórios têm constatado que a relação entre educação e interesse por política (assim como a autoavaliação da saúde) é positiva e consistente em grande número de países. Com a confiança interpessoal, a associação costuma ser positiva, mas menos consistente.

anos de 1980; como saber qual parcela dessa variação pode ser atribuído ao aumento da escolaridade média dos cidadãos? O encolhimento da confiança poderia ser fruto de alterações históricas ou políticas, como a mudança no papel desempenhado pelos partidos no jogo político, por exemplo. Essa limitação é superada isolando-se o efeito independente da escolaridade nas pontas do intervalo de dezessete anos cobertos pelas pesquisas que foram utilizadas. É verificado qual o retorno agregado pelos diferentes níveis de escolaridade em cada extremidade, comparando-o ao retorno do outro extremo do período.

Levando em conta a queda na qualidade descrita por avaliações e estudos específicos, a segunda hipótese tem caráter negativo: a expectativa é de que o retorno político da educação para cada faixa de ensino tenha decrescido no intervalo.

Se confirmada, essa não será uma conclusão trivial, pois recompensas decrescentes colocam em xeque a perspectiva tradicional para os efeitos do aumento da escolaridade no tempo. A inferência de que a elevação do nível médio de educação de uma nação será acompanhada de ganhos sustentados em comportamentos políticos parte do pressuposto de que a recompensa do acréscimo de instrução no nível individual tem padrão estável no tempo. Um exemplo: a previsão de que o conjunto dos cidadãos terá atitude mais democrática com a popularização do ensino superior se baseia na ideia de que aumentará a proporção de pessoas com o comportamento esperado de um universitário (no caso, maior apoio à democracia); a premissa subjacente é que a atitude dos futuros universitários no ponto t^1 será igual a do universitário médio no ponto t^0 . Se o comportamento político do futuro universitário ficar aquém do esperado, num sinal de mudança do padrão da recompensa pela escolaridade adicionada, não se pode garantir que haverá a evolução prevista para o agregado. No final do período, pode haver maior proporção de universitários, que, no entanto, não terão comportamento político diferenciado em relação a cidadãos com nível menor de escolaridade.

O achado também não será trivial considerando que a qualidade do processo de ensino e aprendizagem costuma ser ignorada nos estudos internacionais sobre efeitos políticos da educação. Detectar possível relação entre qualidade em queda e recompensa decrescente serviria de alerta para essa omissão recorrente.

DESCRIÇÃO DAS PESQUISAS DE OPINIÃO

Essa empreitada representa desafio especial em termos de metodologia por, ao menos, dois motivos: tem a ambição de cobrir décadas de mudança no comportamento do brasileiro e, justamente por isso, utiliza-se de dados

secundários. Idealmente, um estudo destinado a analisar o impacto no nível individual do aumento da escolaridade verificado nacionalmente envolveria desenho de pesquisa complexo. Um estudo de painel poderia ser cogitado, mas haveria grande risco de esgotamento, em razão da dificuldade de localizar os mesmos entrevistados ao longo de período tão longo⁴⁵.

Esta pesquisa segue na trilha aberta por outras com limitações semelhantes, mas que resultaram em aproximações consistentes o bastante para gerar grande impacto em campos correlatos⁴⁶. Em comum, elas têm a análise secundária de dados e o uso de questões semelhantes pinçadas de pesquisas de opinião com diferentes desenhos amostrais⁴⁷.

Tabela 1 Pesquisas de opinião utilizadas

Ano	Título	Iniciativa (realização)	Amostra	N
1989	Cultura e Política	José Álvaro Moisés (Cedec/Datafolha)	Nacional	2 083
1990	Cultura e Política	José Álvaro Moisés (Cedec/Datafolha)	Nacional	2 480
1993	Cultura e Política	José Álvaro Moisés (Cedec/Datafolha)	Nacional	2 526
2002	Eseb (Estudo Socioeleitoral Brasileiro)	Raquel Meneguello (Cesop – Centro de Estudos da Opinião Pública, Unicamp)	Nacional	2 514
2006	A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas	José Álvaro Moisés/Raquel Meneguello (Grupo temático A Desconfiança nas Instituições Democráticas)	Nacional	2 004

Na América Latina, pesquisas de opinião raramente repetem questões idênticas por muito tempo⁴⁸. Nesse sentido, as pesquisas brasileiras utilizadas neste livro são exceção honrosa, pois cobrem dezessete anos (1989-2006),

45. Babbie, 2001.

46. Em especial, Jencks *et al.*, 1972; Hyman *et al.*, 1975; Page e Shapiro, 1992; Delli Carpini e Keeter, *op. cit.*

47. Essa prática é recorrente em estudos de tendência com a ambição de abranger longos períodos (Babbie, *op. cit.*, p. 102). Nesse tipo de estudo, uma população é amostrada em pontos diferentes do tempo e, ainda que os indivíduos entrevistados sejam diversos em cada pesquisa, cada amostra representa a mesma população. Dessa forma, um estudo transversal se aproxima de um longitudinal. Mesmo pesquisadores que fazem objeções ao uso de pesquisas para inferências acerca de processos que se desdobram no tempo são capazes de admitir seu uso para mudanças temporais quando os instrumentos utilizam questões idênticas ou “muito similares” para amostras representando a mesma população (Skocpol e Fiorina, 1999, p. 7).

48. Booth e Seligson, *op. cit.*

repetindo parte relevante das questões sobre cultura política e sempre com amostragem nacional (tabela 1)⁴⁹.

Os contextos políticos em que foram aplicados os questionários, por vezes, sugerem influência direta nos dados observados e merecem ser lembrados ainda que de forma sintética. A pesquisa de 1989 foi realizada no mês de setembro do ano da primeira eleição direta para presidente, após os 21 anos de ditadura militar, e menos de doze meses após a promulgação da Constituição de 1988, que representou o restabelecimento institucional do poder civil após o regime autoritário. A pesquisa de 1990 foi feita em março, dias antes da posse do presidente Fernando Collor de Mello e do bloqueio dos recursos dos brasileiros no sistema financeiro, como parte de um plano para combater a inflação; foi realizada ainda com José Sarney no cargo de presidente da República. O questionário seguinte foi aplicado em março de 1993, sob impacto da renúncia de Collor (em dezembro de 1992) para escapar de processo de *impeachment* e poucos meses após a posse de Itamar Franco. O de 2002 é um estudo aplicado logo após a eleição que levou Luiz Inácio Lula da Silva ao poder. Finalmente, a pesquisa de 2006 foi realizada em junho, após o escândalo do “mensalão” (iniciado no ano anterior) e antes da eleição que reconduziu Lula ao cargo de presidente para um segundo mandato seguido.

Nos testes das próximas seções, a escolaridade foi operacionalizada como variável categórica com quatro subgrupos: até fundamental incompleto; fundamental completo; médio incompleto e completo; e superior incompleto ou mais). As frequências originais das pesquisas aparecem à tabela 2.

Tabela 2 Frequências dos níveis de escolaridade nas pesquisas (%)

	1989		1990		1993		2002		2006	
	Não foi à escola	7,5	Não foi à escola	8,3	Não foi à escola	6,5	Analfa./sem instrução	8,0	Analf./5º inc.	22,4
Até fund. incompleto	Fund. incompl.	48,5	Fund. incompl.	43,0	Fund. incompleto	40,3	Até 5º ano	26,5	Até 5º compl.	12,6
							Do 6º ao 9º incompleto	15,5	6º ao 9º inc.	17,3
	Total	56		51,3		46,8		50,0		52,3
Fund. Comp.	Fund. completo	9,0	Fund. completo	11,5	Fund. completo	12,9	Fund. completo	5,9	Fund. comp.	8,7
	Total	9,0		11,5		12,9		5,9		8,7

49. Agradeço pela cessão dos dados ao Cesop (Centro de Estudos da Opinião Pública), da Unicamp, e ao grupo temático A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas, financiado pela Fapesp.

Tabela 2 Frequências dos níveis de escolaridade nas pesquisas (%)

Médio incom. a completo	Médio incompl.	8,7	Médio completo	9,0	Médio incompl.	9,8	Médio incompl.	10,0	Médio incom.	10,3
	Médio incompl.	13,0	Médio completo	15,0	Médio completo	17,6	Médio completo	16,4	Médio compl.	18,4
	Total	21,7	Total	24,0	Total	27,4	Total	26,4	Total	28,7
Superior inc. ou mais	Superior incompl.	4,7	Superior incompl.	5,4	Superior incompleto	5,3	Superior incompleto	4,7	Super. incom.	7,6
	Superior completo	7,0	Superior completo	6,5	Superior completo	6,5	Superior completo	10,8	Super. compl. ou mais	2,8
	Pós	0,8	Pós	1,0	Pós	1,1	Pós	2,1		
	Total	12,5	Total	12,9	Total	12,9	Total	17,6	Total	10,4

REGRESSÕES PARA ESTIMAR O QUE A EDUCAÇÃO ÁGREGA

Nesta etapa foram utilizados modelos de regressão logística multivariada para dados agrupados para permitir o controle de outros atributos pessoais além da escolaridade. Os dados de cada pesquisa foram tratados isoladamente, para evitar violações por conta de planos amostrais diferentes⁵⁰. Foi adotado modelo padrão para a regressão de todas as variáveis dependentes, embora cada uma pudesse gerar modelo específico, a partir de causalidades e dinâmicas próprias. Foram observadas quinze variáveis para operacionalizar os conceitos de apoio à democracia (preferência pela democracia, desconhecimento de seu significado e defesa de líder centralizador), participação (muito interesse por política, atração por notícias políticas, disposição de votar se não fosse obrigatório, participação em partido, em sindicato, em manifestação e em greves e hábito de assinar abaixo-assinados) e confiança nas instituições (em governo, Congresso, partidos e Judiciário).

A opção por mais de uma dezena de variáveis relacionadas ao comportamento político permite uma visão panorâmica dos impactos da educação em diferentes dimensões atitudinais, de maneira a tornar observáveis eventuais regularidades. Cada variável tem causalidades e dinâmicas próprias, com trajetórias temporais particulares, mas a intenção aqui é observá-los em conjunto, procurando efeitos da escolarização de forma independente⁵¹.

50. Peres *et al.*, 2008.

51. Por conta disso, os valores do pseudo r^2 de Nagelkerke (tomado como indicador da variabilidade explicada por cada modelo) em geral são baixos e por vezes o teste de aderência de Hosmer e Lemeshow (que indica a adequação do modelo para prever $y=1$) dá resultados críticos, próximos ou inferiores a 0,010, o que não prejudica nossas análises dado o desenho do estudo

A primeira variável observada foi a preferência pela democracia. A tabela 3 reproduz os parâmetros obtidos no melhor modelo de regressão para o ano de 1989, ajustado por razão de verossimilhança a partir da entrada de todas as variáveis explicativas listadas⁵². Ao lado desse modelo aparece o de 2006, a partir das mesmas variáveis explicativas, especificadas de forma similar⁵³, em um procedimento inspirado em Silva e Hasenbalg⁵⁴ e Peres *et al.*⁵⁵

Há três tipos de observações relevantes: 1) se as categorias de escolaridade foram incluídas no melhor modelo ajustado; 2) se cada nível de escolaridade teve significância; 3) se as razões de chance do nível se ampliaram ou reduziram no intervalo observado. Os dois primeiros critérios são úteis para interpretações transversais, sobre a associação entre educação e comportamento político em um ponto do tempo. O terceiro complementa interpretações longitudinais, sobre o aumento, queda ou manutenção da influência da educação no período analisado.

Analiseemos inicialmente cada modelo separadamente. As variáveis de escolaridade entraram no modelo ajustado de 1989. Não houve significância para o ensino fundamental completo (o p de Wald ficou acima de 0,05), o que estatisticamente indica ser impossível diferenciar o cidadão que tivesse esse nível de escolaridade de alguém com apenas o ensino fundamental incompleto (a categoria de referência em todas as regressões) em termos de preferência pela democracia. Ao mesmo tempo, os dois níveis de instrução mais elevados se diferenciaram do ensino fundamental incompleto. Em 1989, alguém com nível médio tinha 1,555 vez a chance de preferir a democracia em relação a alguém com o ensino fundamental incompleto – ou 55% a mais de chance. Para o ensino superior, a razão de chance foi de 2,159. No caso do modelo para 2006, apenas o ensino superior teve significância, com razão de chance de 2,240.

52. Em princípio, foram feitas comparações entre as duas pontas do intervalo observado (1989 e 2006), mas a pesquisa de 1989 não trouxe variável sobre renda; quando essa variável se mostrou significativa para explicar a variação de determinado comportamento em 2006, a comparação apresentada é entre a pesquisa mais antiga que inclua renda e disponha da variável de interesse. Em todos os casos, a comparação entre os resultados de pesquisas diferentes deve ser vista como aproximação.

53. As exceções estão descritas com asterisco: * em 1990, divisão de renda não é por quintis, mas arbitrária, tentando se aproximar dos quintis, distribuição imposta por conta da categorização original das respostas, resultando nas seguintes frequências: 1ª faixa tem 30,9% dos entrevistados, 2ª tem 29,4%, 3ª tem 19%, 4ª tem 12,7% e 5ª tem 8%; em 2006, divisão não é por quintis, mas arbitrária, tentando se aproximar dos quintis: 1ª faixa com 6,5%, 2ª com 30,6%, 3ª com 19,8%, 4ª com 24% e 5ª com 19,1%; ** em 1989, não há questão sobre raça ou cor do entrevistado; *** pesquisa de 1989 traz variável sobre localização rural ou urbana, mas não sobre o tipo de área (se interior, região metropolitana ou capital)

54. Silva e Hasenbalg, 2000.

55. Peres, Oliveira e Anoroço, *op. cit.*

Comparando os dois modelos, pode-se interpretar que o nível médio perdeu influência no intervalo observado. Nos dois modelos, a escolaridade foi incluída na versão ajustada (o primeiro critério). Médio e superior tiveram significância em 1989, mas o médio a perdeu em 2006 (o segundo critério). O superior apresentou significância nos dois modelos, mas suas razões de chance não variaram de forma relevante (a diferença não superou 20%, patamar definido arbitrariamente). Pelo terceiro critério, entende-se ter havido estabilidade nas razões de chance.

Tabela 3 Regressão
Preferência pela democracia

	Preferência pela democracia			
	1989		2006	
	Wald	OR	Wald	OR
Escolaridade (ref.: fundamental incompleto)				
Fund. compl.	0,063	1,367	0,709	1,073
Médio	0,000	1,555	0,363	1,122
Superior	0,000	2,159	0,000	2,240
Renda (referência :1º quintil*)				
Renda2				
Renda3				
Renda4				
Renda5				
Idade (referência: de 16 a 25 anos)				
26 a 40	0,085	1,227	0,031	1,351
41 ou +	0,000	1,832	0,010	1,447
Sexo (referência: homem)				
Mulher	0,010	0,775		
PEA (referência: não trabalha)				
Trabalha				
Área (referência: interior**)				
Metropolitana			0,000	0,569
Capital				
Região (referência: Nordeste)				
Norte/CO			0,157	0,783
Sudeste			0,001	0,654
Sul			0,132	0,775
Religião (referência: não tem religião)				
Católico	0,617	0,905		

Tabela 3 Regressão
Preferência pela democracia

Outra religião	0,212	1,335		
Cor autodeclarada (referência: branca***)				
Preto				
Outras raças				
Constante	0,098	0,703	0,000	2,055
Negelkerke r ²		0,048		0,036
H & L		0,152		0,777
N		1 741		1 749

Por questões de clareza, não se reproduz na íntegra os estimadores obtidos em todos os modelos usados. A tabela 4 traz razões de chance e significância encontradas apenas para as variáveis de escolaridade de cada modelo⁵⁶.

Tabela 4 Sumário dos modelos de regressão com educação como categórica

	Fundamental completo		Médio incompleto ou completo		Sup. incompleto ou mais	
	1989	2006	1989	2006	1989	2006
Preferência pela democracia	1,367 (0,063)	1,073 (0,709)	1,555 (0,000)	1,122 (0,363)	2,159 (0,000)	2,240 (0,000)
Não sabe o que é democracia	0,443 ² (0,000)	0,431 (0,000)	0,207 ² (0,000)	0,414 (0,000)	0,034 ² (0,000)	0,102 (0,000)
Defende líder centralizador	0,815 (0,236)		0,683 (0,003)		0,830 (0,218)	
Muito interesse por política	1,045 ² (0,802)	1,133 (0,576)	2,004 ² (0,000)	1,509 (0,003)	5,019 ² (0,000)	2,521 (0,000)
Notícias (atenção ou exposição)	1,037 (0,823)	1,687 (0,061)	1,951 (0,000)	2,400 (0,000)	4,307 (0,000)	2,636 (0,000)
Votaria se não obrigatório	0,837 (0,278)	1,052 (0,773)	1,346 (0,014)	1,210 (0,088)	3,778 (0,000)	2,809 (0,000)
Participa de partido	2		2	2		
Participa de sindicato	1,173 ² (0,419)		1,516 ² (0,007)		2,581 ² (0,000)	

56. O liminar de significância foi definido pelo índice p de Wald até 0,05, praxe neste tipo de análise. Embora a significância estatística neste tipo de regressão guarde relação com o N – ela tem maior chance de ser apurada à medida que o número de casos cresce e, no limite, N igual à população gera significância em todos os testes –, esse não é problema para a interpretação dos resultados aqui, pois todos os modelos apresentam N com a mesma ordem de grandeza. O número de casos varia de 1 741 a 2 176.

Tabela 4 Sumário dos modelos de regressão com educação como categórica

Participa de greve	1,398 ¹ (0,112)	1,584 (0,490)	1,697 ¹ (0,001)	3,838 (0,000)	4,384 ¹ (0,000)	8,485 (0,000)
Participa de manifestações	1,173 (0,462)	2,341 (0,026)	1,440 (0,014)	3,782 (0,000)	3,642 (0,000)	9,594 (0,000)
Assina abaixo-assinado	1,168 ¹ (0,351)	1,323 (0,121)	2,406 ¹ (0,000)	1,776 (0,000)	4,065 ¹ (0,000)	3,202 (0,000)
Confiança no governo	0,715 (0,050)		0,483 (0,000)		0,292 (0,000)	
Confiança no Congresso	0,695 (0,038)		0,626 (0,000)		0,536 (0,000)	
Confiança em partidos	1,192 ² (0,264)		1,481 ² (0,001)		2,292 ² (0,000)	
Confiança no Judiciário	0,794 (0,164)		0,591 (0,000)		0,704 (0,018)	

¹ Indica dados de 1990 em lugar de 1989; ² Indica dados de 1993 em lugar de 1989.

Na tabela, as variáveis com significância têm seu índice de probabilidade (p) de Wald e razão de chance (OR) descritas em negrito.

Prosseguindo com a análise para as outras catorze variáveis dependentes, chega-se ao quadro combinando os três critérios mencionados (tabela 5). A primeira conclusão é que a associação transversal entre educação e variáveis políticas – a base do que apresento como perspectiva convencional – não se repete no contexto brasileiro com a força relatada em estudos bivariados. Quando são controlados fatores socioeconômicos e demográficos, que costumam compor explicações multicausais para o comportamento político, a escolaridade deixa de ser o “solvente universal”. *A associação esperada entre educação e comportamento político não se concretizou de forma consistente em cerca de um terço dos testes* – entre 9 e 25 dimensões, dependendo do nível de ensino observado.

Em oito dos trinta casos as variáveis de instrução caíram em bloco no ajuste do melhor modelo, o que significa que a educação não poderia ser considerada dado relevante do comportamento observado. Isso ocorreu marcadamente para as variáveis de confiança.

Também o ensino fundamental completo não se diferenciou do incompleto de forma estatisticamente consistente em 25 dos trinta modelos. O ensino médio não se diferenciou em dez modelos, somando aqueles em que a escolaridade caiu em bloco com aqueles em que esse nível de ensino não teve significância. O ensino superior, em nove. São casos em que, por exemplo, um cidadão com ensino médio completo não tem chance maior de preferir a democracia como regime político que alguém que cursou só até o quarto ano do ensino fundamental.

Resta observar os resultados longitudinalmente. No balanço, *ensino médio e superior perderam influência para onze das quinze variáveis políti-*

Tabela 5 Resumo da escolaridade nas regressões logísticas

	Variável dependente	Escolaridade no modelo ajustado	Significância das variáveis categóricas de escolaridade	Razão de chance (OR)
Adesão demo	Preferência pela democracia		Não para fundamental completo em 1989 e 2006; não para médio em 2006	Superior estável
	Não sabe o que é democracia		Todos os níveis tiveram nas duas pontas	Fundamental estável; ORs de médio e sup. caíram em 2006
	Defende líder centralizador	Não em 2006	Não para fundamental e superior em 1989	
Participação	Muito interesse por política		Não para fundamental em 1989 e 2006; médio e superior tiveram nas duas pontas	ORs de médio e superior caíram em 2006
	Noticiário (exp. ou atenção)		Não para fundamental em 1989 e 2006; médio e superior tiveram nas duas pontas	OR do médio subiu em 2006; OR do superior caiu
	Votaria se não obrigatório		Não para fundamental nas duas pontas; médio não em 2006; superior tem nas duas pontas	OR do superior caiu em 2006
	Participa de partido político	Não em 1993 nem em 2006		
	Participa de sindicatos	Não em 2006	Médio e superior tiveram apenas em 1989	
	Participa de greves		Não para fundamental em 1989 e 2006; médio e superior tiveram nas duas pontas	ORs de médio e superior subiram em 2006
	Participa de manifestações		Não para fundamental em 1989 e 2006; médio e superior tiveram nas duas pontas	ORs de médio e superior subiram em 2006
	Assina abaixo-assinado		Não para fundamental em 1989 e 2006; médio e superior tiveram nas duas pontas	ORs de médio e superior caíram em 2006
Confiança	Governo	Não em 2006	Todos os níveis tiveram em 1989	
	Congresso	Não em 2006	Todos os níveis tiveram em 1989	
	Partidos	Não em 2006	Todos os níveis tiveram em 1989	
	Judiciário	Não em 2006	Todos os níveis tiveram em 1989	

cas entre a virada da década de 1990 e meados dos anos de 2000. Em seis variáveis (líder centralizador, participação em sindicato e a confiança nas quatro instituições – governo, Congresso, partidos políticos e Judiciário) todas as categorias de escolaridade deixaram em bloco de ser incluídas no modelo ajustado da pesquisa mais recente. Em outros dois casos, o ensino médio perdeu significância em 2006 (preferência pela democracia e disposição de votar); e, em três casos (desconhecimento do significado de democracia, interesse por política e assinatura de abaixo-assinados), as razões de chance do ensino médio caíram de forma relevante em 2006. Para o ensino superior, houve redução das razões de chance em cinco variáveis (não sabe o que é democracia, interesse por política, consumo de noticiário, disposição de

votar e assinatura de abaixo-assinados) na comparação da virada da década de 1990 com a pesquisa mais recente.

As evidências indicam que, no intervalo de dezessete anos analisado, a instrução formal deixou de explicar variações na confiança institucional e diminuiu seus efeitos sobre indicadores de adesão à democracia e diferentes dimensões da participação.

BREVES CONCLUSÕES

Neste capítulo emergiram evidências contrariando a perspectiva convencional sobre educação e comportamento político quando aplicada ao contexto brasileiro. Foram dois os achados principais: em análises abordando um único ponto no tempo, maior instrução formal *não* apareceu associada de forma inequívoca a comportamentos políticos desejáveis para a convivência democrática; e a recompensa política para os dois níveis mais elevados de escolaridade (médio e superior) foi decrescente no intervalo observado de dezessete anos, sugerindo que a elevação da escolaridade média brasileira ao longo do tempo *não* significou necessariamente a popularização desses comportamentos.

Voltando à primeira hipótese de trabalho, verificou-se que o caso brasileiro se afasta do relato convencional de que maior escolaridade aparece associada a maior intensidade em apoio à democracia, participação e confiança nas instituições. *Um em cada três testes* apresentou-se como evidência contra a presunção de que níveis mais elevados de escolaridade são acompanhados de maior intensidade nos comportamentos observados⁵⁷. O resultado está longe de permitir rechaçar globalmente a expectativa de associação, pois ela se confirma na maioria dos casos. No entanto, mostra que essa relação não deve ser dada como certa e inequívoca. Isso significa que há grande espaço para pesquisas que procurem definir com maior precisão os mecanismos pelos quais a educação está ligada ao comportamento político.

No que toca à segunda hipótese, as evidências indicaram que a recompensa em termos políticos para os diferentes níveis de ensino diminuiu entre a virada da década de 1990 e meados dos anos de 2000. Logo após a re-

57. É possível argumentar que a inclusão da confiança institucional, cuja associação com a escolaridade é questionada por autores como Nie e colegas (1996), colaboraram fortemente para esse resultado geral. Mas, considerando apenas as dimensões do apoio à democracia e participação analisadas aqui, os resultados em que a associação não se confirmou estão próximos de um para quatro.

democratização, ter frequentado o ensino médio ou o superior diferenciava o cidadão em termos políticos de forma que não se reproduz hoje: ele era mais interessado em política, mais atraído pelo noticiário e prezava mais o voto do que alguém com menor instrução. Porém, nesse intervalo, *o retorno político para os níveis de ensino mais elevados caiu em duas de cada três dimensões analisadas*⁵⁸.

É uma constatação nada trivial. Ela contraria indiretamente a presunção de que o aumento da escolarização média de uma nação gera elevação sustentada de comportamentos favoráveis à convivência democrática. Por trás daquela inferência há dois pressupostos: cada nível de escolaridade traria recompensas cumulativas em termos políticos; e o ganho político no nível individual da cada ciclo teria um padrão estável no tempo. Não é outro o motivo que faz autores apostarem que o tempo trará a popularização de atitudes mais democráticas em princípio típicas dos mais escolarizados, a exemplo de Almeida⁵⁹.

As análises deste capítulo demonstram que no intervalo observado caiu o retorno político do ensino médio e o do superior. E não só a recompensa política foi decrescente, como chegou a ser nula em parte relevante das dimensões analisadas – casos em que, do ponto de vista de comportamento político, um cidadão com ensino médio não se diferenciou de outro que não concluiu sequer o fundamental, por exemplo.

Isso coloca em xeque o efeito esperado para o agregado dos cidadãos com a elevação da educação média. No Brasil, a quantidade de escolarização está crescendo, mas cada unidade de instrução formal acrescida não trará necessariamente o retorno político que se podia esperar no passado. Transforma-se em nova questão para a agenda de pesquisa saber se mais gente escolarizada – efeito positivo – com níveis de ensino que trazem recompensa política declinante – efeito negativo – terá balanço líquido favorável no agregado. Além disso, todas as variáveis dependentes observadas têm dinâmicas no nível

58. A proporção se mantém caso sejam deixados de lado os testes com confiança institucional.

59. A interpretação do autor ilustra a esperança tácita ou explicitamente depositada na educação por parte da produção da ciência política nacional. “Não estou negando as especificidades nacionais, apenas enfatizando que culturas nacionais podem ser menos importantes do que as de grupos sociais transnacionais, unidos pela escolarização formal. A herança ibérica nunca será abolida do DNA da cultura brasileira, mas é possível tornar os brasileiros mais seguidores da lei por meio da educação formal. Portugal será sempre nossa pátria-mãe, mas para tornar o Brasil mais liberal na economia é preciso massificar, e muito, o ensino superior. História e herança não mudam, mas o nível de escolaridade traz alterações de consequências bastante profundas para qualquer sociedade. Entre elas, a consolidação da democracia”, afirma em conclusão de trabalho recente (Almeida, 2007, p. 277).

individual que sofrem influência de diversos outros fatores além da educação – para não citar fatores que estão além do indivíduo, como os institucionais.

E como explicar o retorno político decrescente para a educação brasileira? A teoria e intuição apontam para a queda na qualidade do ensino como principal suspeita. Uma das interpretações para os mecanismos pelos quais a educação impacta comportamentos políticos é de que ela atua no desenvolvimento de capacidades cognitivas e conhecimentos que funcionam como recurso decisivo para a vivência política. Pior qualidade na educação gera menos habilidades e menor retenção de conteúdos, portanto, é plausível que tenha reflexo negativo também em termos de recompensa política. É uma hipótese promissora, que merece atenção em estudos futuros. Nessa frente, ainda há muita lição de casa esperando para ser feita.

SERVIÇOS PÚBLICOS: O PAPEL DO CONTATO DIRETO E DO CIDADÃO CRÍTICO NAS AVALIAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES

Robert Bonifácio e Rogério Schlegel

INTRODUÇÃO

A avaliação que o brasileiro faz dos serviços públicos é tema pouco explorado em estudos acadêmicos no Brasil, embora tenha características que justificariam atenção especial. De um lado, essa avaliação é um indicador relevante em termos de responsividade porque representa o grau de satisfação do cidadão com a forma como o Estado cumpre algumas de suas tarefas centrais, propiciando serviços como saúde e educação a partir dos impostos extraídos da sociedade. De outro, esse é um insumo decisivo para a legitimidade democrática, segundo diferentes abordagens teóricas; os serviços públicos são a face mais concreta do Estado e a principal vitrine do desempenho governamental, de forma que sua avaliação é capaz de impactar de maneira indireta a confiança nos políticos e no Executivo¹.

Neste capítulo apresentam-se duas contribuições para ampliar o entendimento sobre a forma pela qual o brasileiro percebe os serviços públicos: 1) são os setores mais escolarizados e informados os que avaliam mais negativamente os serviços prestados pelo Estado, endossando para essa dimensão a hipótese do cidadão crítico e revelando um aparente paradoxo; 2) se a experiência com as instituições pode ser decisiva para a percepção sobre elas², é preciso

1. Listhaug e Wiberg, 1998.
2. Moisés, 2010b.

aprofundar a investigação sobre o que deve ser entendido como experiência; no caso dos serviços públicos, não aparecem sinais de associação consistente entre a percepção sobre eles, de um lado, e as informações obtidas via contato direto ou por meio da mídia.

Essas evidências foram levantadas a partir da análise dos bancos de dados da pesquisa “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas”, realizada em 2006³. Um índice geral de avaliação dos serviços públicos foi desenvolvido pelos autores e seus determinantes analisados com modelos de regressão logística multinomial.

Além dessa introdução, este capítulo tem outras três seções: na segunda, há uma revisão dos marcos teóricos da área, aproximando pontos específicos da avaliação dos serviços públicos da percepção mais geral do cidadão sobre as instituições; as análises estatísticas e o relato dos resultados compõem a seção seguinte; por último, há considerações sobre as contribuições dos autores para o entendimento do tema.

DESEMPENHO, VALORES E INFORMAÇÃO

Desenvolvimentos recentes na literatura especializada têm apontado a falácia da consideração de que as abordagens que enfatizam o desempenho e os valores como elemento principais para explicar confiança nas instituições são conflitantes. Pelo contrário, os dois fatores são compreendidos como complementares para a construção da percepção do cidadão sobre as instituições.

Soam superadas abordagens como a de Rogowski⁴, atribuindo importância crucial ao desempenho operacional como fator de avaliação das instituições, como se o cidadão empregasse um cálculo racional sem nenhum substrato normativo em que se apoiar. Valores adquiridos na socialização e ao longo da vida adulta *também* impactam o julgamento dos indivíduos sobre as instituições. São essas normas internalizadas que oferecem as regras com as quais julgar o desempenho das instituições e que permitem depositar nelas maior ou menor confiança⁵.

Os valores do cidadão também estão sujeitos a revisões. Forjados, em princípio, na socialização, podem ser remodelados a partir da experiência

3. Pesquisa realizada em 2006, sob coordenação do professor doutor José Álvaro Moisés. Questionário disponível em: < http://nupps.usp.br/index.php?option=com_jdownloads&view=category&catid=4&Itemid=38&lang=pt>.

4. Rogowski, 1974.

5. Offe, 1999; Warren, 1999; Moisés, *op. cit.*

cotidiana do indivíduo na vida adulta, sobretudo diante de episódios refundadores, como a queda do regime comunista no Leste Europeu⁶ ou o 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos⁷.

Na avaliação das instituições há ainda um terceiro fator que se apresenta como relevante: a informação de que dispõe o cidadão. O julgamento das instituições não depende exclusivamente de impactos objetivos relacionados ao desempenho operacional concreto; ele acontece no campo das percepções. Um governo capaz de melhorar a condição de vida da população pode ser mal avaliado, a depender do jogo de representações que se desenrola no ambiente discursivo e intersubjetivo da sociedade.

Mudanças em qualquer um dos três fatores podem acarretar alterações na avaliação institucional⁸. Informação de melhor qualidade sobre desempenho institucional de má qualidade favorece declínios na avaliação; melhora no desempenho institucional que não seja acompanhada de informação e de percepção sobre ela, tende a ser inócua; mudanças nos critérios de avaliação do cidadão podem dar relevo a informações que antes não eram consideradas no julgamento das instituições, para citar algumas alterações possíveis.

Daí a importância de se analisar a avaliação dos serviços a partir de uma perspectiva abrangente. O desempenho operacional das agências do Estado é levado em consideração pelo cidadão, mas quais os critérios são utilizados nesse julgamento? Como a informação sobre o desempenho do serviço público chega até as pessoas e qual será o tipo de experiência capaz de levar o indivíduo a rever suas expectativas sobre dada instituição? Será o contato pessoal mais relevante que a cobertura da mídia? Percepções sobre um serviço público “contaminarão” o julgamento sobre todos os demais? Considerando a abrangência das perguntas, este trabalho debruça-se sobre aspectos que vão das características socioeconômicas e demográficas do cidadão à utilização ou acesso aos serviços públicos, na esteira de estudos como o de Mori⁹ e Van de Walle, Roosbrek e Bouckaert¹⁰.

A condição socioeconômica do cidadão merece ser observada, sobretudo por sua ligação com a hipótese do cidadão crítico, avançada por autores como Inglehart¹¹ e Norris¹². O argumento central de ambos é o de que a mobilização

6. Mishler e Rose, 2007.

7. Chanley, 2002.

8. Putnam, *et al.*, 2000.

9. Ipsos Mori, 2003. Mais informações disponíveis em: <http://www.ipsos-mori.com>.

10. Van de Walle *et al.*, 2008.

11. Inglehart, 1999.

12. Norris, 1999b.

cognitiva gera cidadãos com olhares mais críticos para as instituições e o funcionamento dos governos. Norris consolidou a expressão “cidadão crítico” (*critical citizen*) para designar o tipo bem-informado que avalia positivamente a democracia, mas é severo no julgamento do funcionamento concreto de suas agências e regras. Ele seria fruto de maior escolarização e informação sobre o sistema político e os negócios públicos, detectadas especialmente nos países pós-industriais e de democracia mais antiga. Inglehart teorizou sobre o pós-materialismo, uma síndrome atitudinal que teria emergido em consequência do desenvolvimento econômico e que envolve comportamento mais questionador em relação a instituições de diversas características, inclusive as governamentais.

Moisés e Carneiro¹³ indicam que, para entender a desconfiança política dos cidadãos de alguns países da América Latina, é necessário ter entre os elementos explicativos os relativos à situação socioeconômica das pessoas. De modo mais preciso, seus achados indicam que gênero e escolaridade são os fatores mais importantes desse conjunto de variáveis; são os homens e os mais instruídos os que possuem maiores níveis de desconfiança. Para os autores, isso indica que os menos instruídos e, conseqüentemente, com baixos níveis de cognição, apresentam uma perspectiva mais acrítica do funcionamento das instituições democráticas, ao passo que detentores de níveis mais elevados de escolaridade se aproximam da noção de cidadão crítico, ou seja, cidadãos mais insatisfeitos com as instituições tradicionais.

O trabalho de Figueiredo, Torres e Bichir¹⁴ constatou que a avaliação dos serviços públicos se tornava mais positiva à medida que diminuía escolaridade do entrevistado nas pesquisas que utilizaram para avaliar a conjuntura social brasileira – uma edição de 1991, coordenada por Faria¹⁵, e outra em 2004, tendo como universo amostral moradores dos domicílios entre os 40% mais pobres da cidade de São Paulo – “As notas atribuídas aos serviços foram relativamente elevadas nas duas pesquisas, e tanto mais elevadas quanto menor a escolaridade”¹⁶.

Outro fator explicativo com centralidade em neste estudo é o contato com os serviços públicos. O uso efetivo de serviços públicos é a dimensão mais instrumental a ser avaliada. Estudo do Instituto Mori¹⁷ indica que

13. Moisés e Carneiro, 2010b.

14. Figueiredo *et al.*, 2006.

15. Faria, 1992.

16. Figueiredo *et al.*, *op. cit.*, p. 179.

17. Mais informações disponíveis em: <http://www.ipsos-mori.com>.

contatos diretos têm efeitos destacados sobre a confiança depositada em organizações de serviços públicos do Reino Unido. O trabalho identificou que cidadãos britânicos que tiveram contato direto com serviços de hospital público, conselhos locais e polícia são mais confiantes em relação a esses serviços. A associação verificou-se independentemente do contato ter sido considerado positivo ou negativo pelo cidadão (informação não disponível no estudo), mas é plausível supor que uma ou mais experiências positivas com dado serviço público tendam a melhorar a percepção do cidadão sobre essa agência em sua totalidade

Para o Brasil, Bonifácio¹⁸ avaliou saúde pública, polícia e transportes e os resultados não indicaram influência com sentido claro para o uso dos serviços. No caso da polícia, aqueles que usaram seus serviços os avaliaram mais negativamente; para hospitais públicos, o uso teve impacto positivo na avaliação do cidadão e não houve associação com significância estatística para o caso do transporte público. É mais um sinal a sustentar a hipótese de que o contato pessoal tenha impacto que dependa da satisfação com o desempenho operacional.

Também é plausível pensar que haja “contaminação” da avaliação de outros serviços a partir da experiência vivida com uma determinada agência. A concepção de atalho cognitivo¹⁹ faz supor que o cidadão tende a criar percepções sobre os serviços em geral a partir da qualidade que atribui aos serviços que efetivamente conhecem. Isso significa que é realista imaginar que as pessoas que se utilizam de transporte público e serviços de saúde pública tendem a avaliar todos os demais serviços públicos, como por exemplo, segurança, limpeza e educação, com base nos indicadores de qualidade que atribuem aos serviços que efetivamente conhecem.

Por fim, a mídia é ingrediente que também merece atenção especial quando se trata de entender as relações que o cidadão estabelece com as instituições. O seu potencial para influenciar na percepção dos serviços públicos guarda relação com a centralidade que a comunicação de massa ocupa nas sociedades contemporâneas. Os conteúdos midiáticos não oferecem apenas informação factual, mas também enquadramentos a partir dos quais o indivíduo cria unidades de referência para entender o mundo²⁰. Na representação da realidade que criam, os meios de comunicação podem incorrer em vieses. Não

18. Bonifácio, 2009.

19. Popkin, 1994; Lupia e McCubbins, 1999; Lupia, 2005.

20. Goffman, 1986; Iyengar e Kinder, 1987; Capella e Jamieson, 1997; Aldé, 2004.

se trata de ver a mídia como agente consciente, com interesses definidos e atuação intencional, mas de perceber os constrangimentos e incentivos determinados por sua lógica de produção, de um lado, e os valores preva-
 lecentes no conjunto dos meios de comunicação, de outro. Há ingredientes na organização da produção midiática que fazem com que os vieses sejam
 recorrentes e com direção clara – privilegiando o extraordinário mais que
 o usual, o epifenômeno mais que o processo mais profundo, o novidadeiro
 mais que o estável²¹. Esses vieses podem determinar que cidadãos expostos à
 mídia em geral ou a tipos específicos de meios de comunicação desenvolvam
 avaliações das agências do Estado também enviesadas, tanto para o lado
 positivo quanto negativo.

Importante observar que, no que diz respeito a instituições, o sentido dos
 efeitos específicos da mídia não foi estabelecido de forma inequívoca pela
 literatura da área. De um lado, a acusação de que os meios de comunicação
 favorecem a desconfiança política e a desmobilização tem o endosso de
 gerações de pesquisadores²². O principal argumento é que a mídia cria uma
 representação das instituições que é especialmente crítica e negativa. No
 entanto, há evidências de que a exposição à mídia pode afetar o indivíduo
 também de forma positiva. Ela ampliaria seu nível de informação, interesse
 pela política e eficácia subjetiva – isto é, a crença de que é capaz de influir
 na política – e diminuiria os custos para participar da vida pública. Isso se
 verificaria de maneira mais consistente no caso da exposição à mídia jorna-
 lística, e não à mídia em geral²³.

No Brasil, estudos levantaram evidências de que a comunicação de massa
 não afeta o apoio às instituições em apenas um sentido. Schlegel²⁴ encontrou
 associação positiva entre exposição à mídia jornalística e julgamento “de
 fundo”, não imediato²⁵, de políticos e partidos em 2002. No caso da avalia-
 ção da atuação de Congresso, governo e partidos, a associação foi negativa.
 Mesquita²⁶ constatou que, mesmo diante de cobertura com valência negativa
 para o Governo Federal envolvendo o escândalo do “mensalão”, em 2005, a

21. Lippman, 1965; Miller *et al.*, 1979; Robinson, 1976; Putnam, 1995; 2001.

22. Dahl, 1967; Robinson, *op. cit.*; Patterson, 1993; Capella e Jamieson, *op. cit.*; Putnam, 1995; 2001, *op. cit.*

23. Newton, 1999a; 1999b; Norris, 1996; 2000b.

24. Schlegel, 2005.

25. O índice que usou como variável dependente contemplava questões como a concordância com a frase “políticos muito honestos não sabem governar” ou “os partidos só servem para dividir as pessoas”

26. Mesquita, 2008.

audiência ao *Jornal Nacional*²⁷ estava positivamente associada à satisfação com a democracia e à confiança no governo, no presidente da República, nas Forças Armadas, no Poder Judiciário, nos empresários e nos bombeiros em 2006. O trabalho também apurou influência do patamar de audiência à televisão em geral, medido em horas, sobre os efeitos do *Jornal Nacional*. O impacto do telejornal foi mais intenso quando era maior sua participação na “dieta diária” de consumo de televisão do indivíduo. Esse achado indica que no Brasil também faz sentido discriminar entre uso da mídia em geral e uso da mídia jornalística.

Na avaliação do papel da mídia como fator de impacto na avaliação dos serviços públicos, considera-se fundamental levar em conta que a exposição aos meios de comunicação é mediada pela experiência e pelos valores pessoais. Ao sintetizar décadas de estudos empíricos, autores como Graber²⁸ e Klapper²⁹ sustentaram que a influência da mídia sobre as opiniões é menor nos casos em que os indivíduos possuem contato direto com o objeto em análise. Essa influência também seria mais reduzida em situações em que há opiniões formadas e elas envolvem valores centrais do indivíduo. Nesses casos, o usuário de mídia pode até se expor seletivamente, evitando mensagens que conflitem com suas convicções.

Em resumo, desempenho operacional, valores do cidadão e informação são três fatores fundamentais para entender a relação que o cidadão estabelece com as instituições. Este capítulo explora a maneira como essas três dimensões se combinam de forma específica, no caso da avaliação que o brasileiro faz dos serviços públicos.

Valores e informação têm impacto nos critérios do indivíduo para julgar o desempenho das agências do Estado. A hipótese de trabalho é que brasileiros assemelhados ao cidadão crítico descrito na literatura internacional tendam a ter apreciação mais negativa dos serviços públicos. A expectativa é que cidadãos com posicionamento mais central em termos sociais ou econômicos – com melhor renda ou residindo em municípios maiores –, assim como aqueles com atributos pessoais que representam maior mobilização cognitiva – como escolaridade –, apresentem julgamentos mais negativos de instituições e serviços. Por conta disso, é essencial analisar como o perfil socioeconômico e demográfico impacta essa avaliação.

27. Trata-se do principal telejornal do país. Em 2006, 52% dos entrevistados na pesquisa “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas”, assistiam ao *Jornal Nacional* quatro vezes ou mais por semana e 89,2% assistiam ao menos uma vez por semana.

28. Graber, 1989.

29. Klapper, 1990.

O acesso e uso dos serviços públicos foram observados com a presunção de que favoreçam percepção mais positiva do funcionamento das agências, a exemplo do que ocorre no Reino Unido³⁰. Embora existam grandes déficits na prestação desses serviços, mesmo em áreas de maior desenvolvimento das capacidades estatais³¹, acredita-se que o conceito geral dos serviços públicos seja tão negativo no país que o contato direto com eles possa melhorar sua imagem. Do ponto de vista das três dimensões fundamentais exploradas neste capítulo, desempenho operacional e informação são os principais fatores mobilizados nesse quesito.

Os usos da mídia dizem respeito diretamente à informação de que dispõe o cidadão sobre os serviços públicos, mas também têm relação com seus valores. A mobilização cognitiva que caracteriza o cidadão crítico tem como ingrediente crucial seu elevado nível de informação, capaz de ter impacto na sua orientação subjetiva geral – na hipótese original, ele é mais cético em relação ao Estado e às relações de poder hierárquicas e mais favorável a estruturas horizontais e democráticas de tomada de decisão. Por conta disso, a exposição à mídia é entendida neste estudo como representando diferentes papéis na complexa operação subjetiva de avaliação das instituições e dos serviços públicos. De um lado, distingue-se a exposição à mídia em geral da exposição à mídia jornalística, por ser a primeira associada à atitude mais distanciada em relação à política e a segunda relacionada ao maior engajamento; de outro lado, avaliamos a disposição do cidadão em expor-se à informação via mídia, tomando-a como um passo anterior no consumo da mídia e, por isso mesmo, um indicador da mobilização cognitiva. Espera-se que maior interesse em informar-se esteja associado à avaliação mais crítica dos serviços públicos, que maior exposição à mídia em geral também incline a percepção a tornar-se mais negativa e que, em contrapartida, a exposição à mídia jornalística favoreça a visão mais positiva sobre o funcionamento das agências do Estado.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E RESULTADOS

A análise empírica utilizou os bancos de dados da pesquisa “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas”, realizada em 2006, que trouxe informações detalhadas sobre o perfil socioeconômico

30. Ipsos Mori, 2003. Mais informações disponíveis em: <http://www.ipsos-mori.com>.

31. Figueiredo *et al.*, *op. cit.*

e demográfico dos brasileiros da amostra e de seus posicionamentos individuais a respeito de oito serviços públicos: habitação, polícia, saúde, educação, transportes, seguro-desemprego, esgotos e saneamento, e previdência social.

De forma geral, verifica-se que os déficits apontados em trabalhos anteriores da área estão refletidos na percepção fotografada por essa pesquisa de opinião (tabela 1). Há serviços com avaliação majoritariamente negativa – índice de ruim e péssimo superior a 50% –, mas nenhum com avaliação predominantemente positiva. A maioria dos brasileiros avalia negativamente os serviços de saúde e de esgotos e saneamento. Para polícia e Previdência Social, a avaliação negativa supera a positiva. No caso da educação, dos transportes públicos e do seguro-desemprego, a percepção positiva supera a negativa, mas sem representar a maioria da população. Dentre todos os serviços, o de transportes públicos é o mais bem-avaliado (49,5% de ótimo e bom) e o de saúde é o pior avaliado (51,8% de ruim e péssimo).

Tabela 1 Avaliações dos Serviços Públicos (% e em números absolutos)

	Ótimo/bom	Regular	Ruim/ Péssimo	Não sabe/ Não respondeu	Total
Habitação	43,3% (868)	13,8% (277)	41% (822)	1,9% (37)	100% (2004)
Polícia	38,3% (767)	15,1% (303)	46,1% (924)	0,5% (10)	100% (2004)
Saúde	34,7% (695)	13,3% (267)	51,8% (1038)	0,2% (4)	100% (2004)
Educação	48,9% (979)	14% (280)	36,8% (738)	0,3% (7)	100% (2004)
Transportes	49,5% (993)	11,6% (233)	36,6% (734)	2,3% (44)	100% (2004)
Seguro-desemprego	46,6% (934)	10,5% (211)	30,6% (614)	12,3% (245)	100% (2004)
Esgotos e saneamento	38,6% (775)	9,1% (183)	51% (1021)	1,3% (25)	100% (2004)
Previdência social	32,1% (643)	12,3% (247)	49% (982)	6,6% (132)	100% (2004)

Fonte: Pesquisa "A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas", 2006.

Optou-se por criar um índice que sirva de indicador para o agregado das várias dimensões envolvidas. Para isso, é necessário demonstrar as associações lógicas e estatísticas entre as variáveis. O primeiro quesito é quase evidente, uma vez que o Estado oferta todos esses serviços para a população, alguns de forma universalizada e outros destinados a grupos específicos. Para demonstrar associação estatística entre as variáveis, foi utilizado o teste

de análise fatorial³² com o método de extração *Principal Axis Factoring* – especialmente útil quando as variáveis não apresentam distribuição normal bem definida, como é o caso³³. Também analisou-se o *alpha de Cronbach*, um indicador de consistência interna do fator. Quanto mais elevado o valor do *alpha*, mais alta a correlação entre os itens que compõem o fator e, por consequência, maior a correlação e inter-relacionamento entre as variáveis³⁴. Os resultados aparecem à tabela 2.

Tabela 2 Análise Fatorial e *Alpha de Cronbach* da Avaliação de Serviços Públicos

	Fator 1
Habitação	0,614
Polícia	0,598
Saúde	0,719
Educação	0,689
Transportes públicos	0,601
Seguro-desemprego	0,482
Esgotos e saneamento	0,579
Previdência social	0,693
<i>Alpha de Cronbach</i> = 0,835	

Fonte: Pesquisa “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas”, 2006.
Método de extração: análise de componentes principais.

Os dados sugerem que é viável a criação de um índice geral de avaliação de serviços públicos, uma vez que foi identificado um fator com mesmo sentido (sinal positivo) e cargas elevadas para todas as variáveis (valores próximos ou maiores a 0,5), além de o *alpha de Cronbach* ter ficado acima de 0,7 – limiar usualmente aceito nesse tipo de análise.

O passo seguinte consistiu em dicotomizar as variáveis originais de avaliação de serviços públicos, de modo que se atribua valor zero às opções de resposta

32. A análise fatorial objetiva prover descrições simples de inter-relacionamento, correlações e covariâncias entre as variáveis. Ele torna visível a observação de quais variáveis possuem associações entre si e as organizam em fatores. Em cada fator, temos as variáveis mais associadas entre si e a intensidade dessa associação, que se mostrará forte, mediana ou fraca de acordo com a magnitude de sua carga estatística, geralmente compreendida entre -1 e 1 (Kim e Mueller, 1978).

33. Costelo e Osborne, 2005

34. Cronbach, 1951.

que indicam avaliação negativa (respostas “péssimo” e “ruim”) ou regular (resposta “regular”) e valor um às que indicam avaliação positiva (respostas “ótimo” e “bom”). As respostas “não sei” e “não respondeu” foram excluídas da análise. Por meio da soma simples das variáveis recodificadas, chegamos ao índice de avaliação dos serviços públicos, com valores de 0 a 8. O índice foi posteriormente classificado em três categorias: valores de 0 a 2 foram indicados como avaliações negativas; de 3 a 5, como avaliações regulares, e de 6 a 8, como avaliações positivas. De forma coerente com as variáveis originais, agora a categoria de resposta com maior concentração é a de avaliações negativas, com 41% da amostra válida. Em seguida aparecem as regulares, com 34,1%, e as positivas, com 24,9% (tabela 3).

Tabela 3 Índice de Avaliação de Serviços Públicos (% e em números absolutos)

	Distribuição
Avaliações negativas	41% (686)
Avaliações regulares	34,1% (570)
Avaliações positivas	24,9% (416)
Total	100% (1672)

Fonte: Pesquisa “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas”, 2006.

Após essa análise descritiva, passa-se para a inferencial, utilizando modelos de regressão logística multinomial com o intuito de verificar, no conjunto de variáveis independentes, quais são estatisticamente significantes e quais os pesos relativos de cada variável para explicar a satisfação dos cidadãos brasileiros com os serviços públicos. Trabalhou-se com três grupos de variáveis independentes, descritos a seguir e detalhados no anexo que se encontra ao final do capítulo.

1. *Características socioeconômicas e demográficas*: variáveis que indicam tipo de município de moradia (se capital, região metropolitana ou interior), escolaridade, renda familiar, sexo, idade e cor da pele.

2. *Contato com a mídia*: três variáveis que mensuram dimensões diferentes: a atenção dada a notícias de política na televisão, o consumo diário de televisão em geral e a exposição semanal ao *Jornal Nacional*.

3. *Contato direto*: variáveis que indicam se o indivíduo procurou algum órgão público municipal, estadual ou federal ao longo do ano anterior à realização da pesquisa e variáveis que expressam a utilização de três serviços públicos específicos (de transportes, polícia e hospital público).

Os dados dos dois modelos de regressão logística multinomial estão organizados de modo que a avaliação negativa é a categoria de referência. Assim, os efeitos das variáveis independentes em cada um dos modelos (um referente à avaliação regular e outro, à positiva) têm de ser interpretados de forma comparada, sempre em relação à avaliação negativa. Resumo das regressões aparecem nas tabelas 4 e 5.

Tabela 4 Preditores da Avaliação Regular dos Serviços Públicos

	B	Erro-padrão	P valor	Razão de chance	Efeito percentual ³⁵
Intercepto	-0,737	0,387	0,057		
Município (referência: interior)					
Capital ou região metropolitana	0,350	0,135	0,010**	1,419	41,9%
Gênero (referência: feminino)					
Masculino	0,097	0,125	0,438	1,102	10,2%
Idade (referência: 16-24)					
25-34	0,187	0,188	0,318	1,206	20,6%
35-44	-0,010	0,204	0,963	0,991	- 0,9%
45-59	0,157	0,210	0,453	1,170	17%
60 ou mais	0,037	0,260	0,887	1,038	3,8%
Instrução (referência: até fundamental incompleto)					
Primário completo	-0,098	0,226	0,665	0,907	- 9,3%
Fundamental incompleto/ completo	-0,172	0,199	0,387	0,842	- 15,8%
Médio incompleto/ completo	-0,376	0,205	0,067*	0,687	- 31,3%
Superior incompleto ou mais	-0,653	0,272	0,017**	0,521	- 47,9%
Renda familiar (referência: baixa)					
Média	0,185	0,144	0,200	1,203	20,3%
Alta	0,085	0,193	0,660	1,088	8,8%
Cor da pele (referência: pretos)					
Pardos	0,341	0,199	0,086*	1,407	40,7%
Brancos	0,333	0,205	0,105	1,395	39,5%
Exposição à TV em geral (referência: não assiste / até 1 hora por dia)					
De 2 até 3 horas	0,160	0,157	0,308	1,173	17,3%
Até 4 horas ou mais	0,272	0,174	0,118	1,312	31,2%
Atenção a notícias sobre política na TV (referência: nenhuma)					
Pouca	-0,071	0,151	0,639	0,932	- 6,8%
Alguma/ muita	-0,337	0,161	0,037**	0,714	- 28,6%
Exposição ao JN (referência: não assiste / 1 dia na semana)					
2 ou 3 dias	-0,154	0,192	0,421	0,857	- 14,3%
De 4 a todos os dias	0,151	0,178	0,396	1,163	16,3%
Procurou serviço público ano passado (referência: não)					
Sim	-0,199	0,133	0,134	0,819	- 18,1%
Utilizou serviços de hospital público (referência: não)					
Sim	0,020	0,153	0,894	1,021	2,1%

35. O efeito percentual é resultado da equação $(\text{Razão de chance} - 1) * 100$ e indica qual o diferencial em relação à categoria de referência

Tabela 4 Preditores da Avaliação Regular dos Serviços Públicos

Utilizou serviços de polícia (referência: <i>não</i>)					
Sim	0,008	,160	0,961	1,008	0,8%
Utilizou serviços de transporte público (referência: <i>não</i>)					
Sim	0,130	0,160	0,415	1,139	13,9%

Fonte: Pesquisa "A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas", 2006.

*Significância ao nível de $p < 0,10$ **Significância ao nível de $p < 0,05$

Para a avaliação regular, quatro variáveis explicativas apresentam significância estatística: local de residência, instrução, cor e atenção a notícias sobre política na televisão. Os cidadãos que moram em cidades que são capitais ou fazem parte da região metropolitana apresentam 41,9% mais probabilidade de avaliar os serviços públicos como regulares quando comparados com aqueles que moram em cidades do interior. Quanto à instrução, observamos que possuir ensino médio (incompleto ou completo) diminui em 31,3% a probabilidade de o entrevistado avaliar os serviços como regulares, quando comparado com os analfabetos ou pessoas com até o ensino fundamental incompleto. A direção da probabilidade é a mesma no caso dos que possuem ensino superior (incompleto ou completo), mas a intensidade é maior, atingindo a taxa de 47,9%. No que toca à cor da pele, os dados apontam que os pardos apresentam 40,7% mais chances de avaliar os serviços como regulares, tendo como referencial os negros.

Combinadas, as variáveis com significância estatística sugerem que a hipótese do cidadão crítico é a mais promissora em matéria de explicar a avaliação do brasileiro sobre os serviços públicos. Há sinal claro de que maior escolaridade e informação – ou melhor, disposição de informar-se, expressa pela variável relativa à atenção dada pela pessoa às notícias sobre política – impacta negativamente a satisfação com os serviços públicos. É verdade que morar em áreas mais cosmopolitas, como capitais e áreas metropolitanas, e ter pele parda apareceram como favorecendo a avaliação regular em detrimento da negativa. Mas foi clara a tendência de os indivíduos com instrução mais elevada avaliarem pior a qualidade dos serviços públicos – justamente a dimensão socioeconômica, descrita nos trabalhos do campo, como tendo maior associação com a mobilização cognitiva que marca o endurecimento dos critérios de julgamento de órgãos e práticas do Estado.

Sinais na mesma direção foram obtidos no modelo de regressão da avaliação positiva (tabela 5). Praticamente todas as variáveis estatisticamente significantes se mantêm e com efeito substancialmente mais forte nesse teste.

Assim, escolaridade mostrou favorecer comportamento mais crítico, estimulando avaliação negativa em comparação à positiva. Entre as variáveis de mídia, novamente foi alguma ou muita atenção às notícias sobre política na televisão que mostrou impactar a avaliação. E, de novo, com sentido negativo, diminuindo a probabilidade de o entrevistado manifestar avaliação positiva em detrimento da negativa.

Morar em capital ou região metropolitana e ter pele de cor parda ou branca – essa segunda categoria com significância estatística somente neste modelo – aumentam a probabilidade de os cidadãos demonstrarem maior satisfação com os serviços públicos. É plausível pensar que cidadãos que moram em regiões de maior centralidade geográfica – capitais e regiões metropolitanas – assim como em áreas com menor concentração de pessoas de pele negra sejam atendidos por serviços de melhor qualidade, por conta de desigualdades na distribuição espacial das agências estatais ou da qualidade do atendimento que prestam. Como este estudo não se debruçou sobre indicadores objetivos sobre o desempenho dos serviços públicos, essa é uma hipótese a ser testada em trabalhos com desenho de pesquisa diferente, que possa quantificar o impacto do desempenho concreto na avaliação subjetiva do cidadão.

Resta comentar ainda um achado relevante do segundo modelo analisado: uma das variáveis relativa ao contato pessoal ou acesso direto com os serviços públicos obteve significância estatística, indicando que esse é quesito que diferencia os cidadãos em termos de impacto na avaliação dos serviços públicos. Aqueles que afirmam ter procurado no ano anterior à aplicação da pesquisa algum tipo de serviço público, seja ele de qualquer esfera governamental (federal, estadual ou municipal), apresentam 33,1% menos probabilidade de avaliar positivamente os serviços do que aqueles que não procuraram nenhum órgão público. Ou seja, o contato com o serviço público aponta favorecimento de avaliações negativas em detrimento de avaliações positivas, evidência que aparece em choque com os resultados obtidos pelo Instituto Mori³⁶ para o Reino Unido. A avaliação geral mais negativa dos serviços públicos brasileiros contribui para entender essa evidência. É possível pensar que, ao ter contato com o serviço público de qualidade relativamente rebaixada existente no país, o cidadão desenvolve percepção pior – e não melhor – dos préstimos das agências estatais.

36. Instituto Mori, 2003.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências colhidas nas análises empíricas reproduzidas neste capítulo sugerem que a hipótese do cidadão crítico se aplica ao Brasil, no que se refere à avaliação dos serviços públicos. São os setores mais escolarizados e informados os que avaliam mais negativamente os serviços prestados por agências estatais, o que sugere que a mobilização cognitiva ampliada favorece uma relação de maior ceticismo diante da ação do Estado. Sobretudo variáveis relativas à escolaridade mostraram-se preditor consistente de apreciação menos favorável dos serviços públicos. Nesse sentido, este trabalho confirma e aprofunda para o caso brasileiro os achados de Inglehart³⁷, Norris³⁸ e Figueiredo, Torres e Bichir³⁹.

O resultado descortina, portanto, um paradoxo: são justamente os brasileiros que estão entre os mais incluídos, aqueles que tiveram mais acesso à educação e têm estímulo para buscar informações sobre a política, os que avaliam os serviços públicos mais criticamente. É plausível supor que esses segmentos também façam parte dos setores que mais acesso têm aos serviços públicos ou que têm acesso a serviços públicos de maior qualidade.

Importante observar que a avaliação dos serviços públicos brasileiros gerada a partir da pesquisa “A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas”, realizado em 2006, é mais negativa do que positiva. Nesse sentido, destoa da feita pelos britânicos diante dos serviços prestados pelas agências públicas do Reino Unido. Isso, por si só, é sinal de baixa responsividade das instituições estatais brasileiras, pois o retrato geral que emerge deste trabalho é o de um Estado incapaz de atender às expectativas do cidadão. É discutível se essas expectativas se encontram em patamar adequado diante dos recursos concretos do país; o que não é discutível é a percepção do cidadão de que os serviços propiciados pelo Estado frustram seus critérios a ponto de vários deles merecerem ser avaliados como ruins ou péssimos.

Este trabalho também serve de alerta para a necessidade de compreender melhor o que deve ser entendido como experiência com as instituições, considerada fator capaz de levar inclusive à revisão dos valores do cidadão. Nos modelos testados neste capítulo, os usos da mídia não mostraram influência decisiva sobre a avaliação dos serviços públicos. A variável relativa

37. Inglehart, *op. cit.*

38. Norris, *op. cit.*

39. Figueiredo *et al.*, *op. cit.*

Tabela 5 Preditores da avaliação positiva dos serviços públicos

	B	Erro-padrão	P valor	Razões de chance	Efeito percentual
Intercepto	-1,243	0,446	0,005		
Município (referência: interior)					
Capital ou região metropolitana	0,729	0,159	0,000**	2,073	107,3%
Gênero (referência: feminino)					
Masculino	0,174	0,141	0,218	1,190	19%
Idade (referência: 16-24)					
25-34	-0,015	0,211	0,942	0,985	-1,5%
35-44	-0,348	0,234	0,138	0,706	-29,4%
45-59	-0,022	0,235	0,925	0,978	-2,2%
60 ou mais	0,189	0,278	0,497	1,208	20,8%
Instrução (referência: até fundamental incompleto)					
Primário completo	-0,286	0,246	0,245	0,751	-24,9%
Fundamental incompleto/ completo	-0,122	0,214	0,570	0,886	-21,4%
Médio incompleto/ completo	-0,487	0,227	0,032**	0,615	-38,5%
Superior incompleto ou mais	-1,341	0,345	0,000**	0,262	-73,8%
Renda familiar (referência: baixa)					
Média	0,102	0,159	0,522	1,107	10,7%
Alta	0,147	0,217	0,500	1,158	15,8%
Cor da pele (referência: pretos)					
Pardos	0,733	0,251	0,004**	2,082	108,2%
Branços	0,766	0,257	0,003**	2,150	115%
Exposição à TV em geral (referência: não assiste / até 1 hora por dia)					
De 2 até 3 horas	0,232	0,171	0,175	1,261	126,1%
Até 4 horas ou mais	-0,007	0,200	0,971	0,993	-0,7%
Atenção a notícias sobre política na TV (referência: nenhuma)					
Pouca	-0,212	0,169	0,211	0,809	-19,1%
Alguma/ muita	-0,325	0,179	0,069*	0,722	-27,8%
Exposição ao JN (referência: não assiste / 1 dia na semana)					
2 ou 3 dias	-0,059	0,210	0,777	0,942	-5,8%
De 4 a todos os dias	0,045	0,201	0,822	1,046	4,6%
Procurou serviço público ano passado (referência: não)					
Sim	-0,403	0,152	0,008**	0,669	-33,1%
Utilizou serviços de hospital público (referência: não)					
Sim	0,164	0,172	0,341	1,178	17,8%
Utilizou serviços de polícia (referência: não)					
Sim	0,026	0,182	0,887	1,026	2,6%
Utilizou serviços de transporte público (referência: não)					
Sim	-0,103	0,169	0,544	0,902	-9,8%

Fonte: Pesquisa "A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas", 2006.

*Significância ao nível de $p < 0,10$ **Significância ao nível de $p < 0,05$

à mídia que teve impacto de fato – atenção prestada às notícias políticas na televisão – se refere muito mais ao perfil do indivíduo que à exposição ou aos conteúdos veiculados. Variáveis sobre audiência à televisão em geral e ao *Jornal Nacional* especificamente não tiveram efeito independente sobre a percepção dos serviços públicos.

Também o contato direto se revelou pouco decisivo para a avaliação dos usuários dos serviços. Favoreceu a percepção negativa em contraposição à positiva, mas não influenciou como preditor da avaliação regular. Os achados assemelham-se aos de Bonifácio⁴⁰, que verificou não haver tendência clara de associação entre uso de determinado serviço público e a avaliação sobre ele. No trabalho do autor, três serviços foram avaliados e o contato direto não apresentou relação estatisticamente consistente com maior satisfação em um caso, teve associação positiva em outro e negativa no terceiro.

Em resumo, as duas formas de contato com os serviços públicos – pela mídia e como usuário – apresentaram-se como experiência com efeitos modestos ou desprezíveis sobre a percepção das instituições.

Vale ressaltar que, quando teve influência, o contato com o serviço público impactou negativamente o julgamento do cidadão. É um resultado que vai em direção oposta à verificada por Mori⁴¹ na Grã-Bretanha. Talvez a explicação resida em dois aspectos:

1. há grande diferença de percepção de qualidade dos serviços públicos selecionados entre Grã-Bretanha e Brasil, com muito mais considerações positivas no primeiro caso que no segundo;
2. a natureza das medidas é diferente, sendo que os dados nacionais aferem de modo generalizante o acesso dos cidadãos aos serviços públicos e, no estudo britânico, essa medição foi mais específica.

40. Bonifácio, *op. cit.*

41. Ipsos Mori, 2003. Mais informações disponíveis em: <http://www.ipsos-mori.com>.

ANEXO

Tabela 1 Frequências das Variáveis Independentes

Variável	Frequências					Total*
Local de moradia	Interior	Capital ou reg. metro.				
	37,1%	62,9%				2004
Sexo	Feminino	Masculino				
	51,6	48,4				2004
Idade	De 16 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 59 anos	60 anos ou mais	
	20,4%	24,5%	20,6%	21,3%	13,3%	2004
Escolaridade	Analf./Fund. inc.	Fund. completo	Fund. inc. ou compl.	Médio inc. ou compl.	Superior inc./comp.	
	22,4%	12,6%	26%	28,6%	10,4%	2004
Renda familiar	Baixa	Média	Alta			
	37,1%	43,8%	19,1%			1839
Cor da pele	Preto	Pardo	Branco			
	10,8%	49,5%	39,8%			1944
Audiência à tv em geral	Ñ vê/ 1 h diária	2 a 3 horas	4 horas ou mais			
	28,2%	44,5%	27,4			2003
Atenção às notícias sobre política na tv	Nenhuma	Pouca	Alguma/muita			
	38,5%	32,5%	29%			2001
Exposição ao <i>Jornal Nacional</i>	Nenhum/ 1 dia por semana	De 2 a 3 dias	4 dias ou mais			
	19,1%	28,8%	52,1%			2001
Procurou serviço público no ano anterior	Não	Sim				
	62,2%	37,8%				2000
Utilizou hospital público	Não	Sim				
	27,3%	72,7%				2001
Utilizou polícia	Não	Sim				
	82,4%	17,6%				2002
Utilizou transporte público	Não	Sim				
	25,9%	74,1%				2004

Fonte: Pesquisa "A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas", 2006.

* Respostas "não sabe" e entrevistados que não quiseram responder fazem alguns totais não atingirem 2004 casos.

SOBRE OS AUTORES

CLEBER DA SILVA LOPES é professor adjunto da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutor em ciência política pela USP, tem se dedicado ao estudo das práticas e instituições de policiamento público e privado.

FABÍOLA BRIGANTE DEL PORTO é doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisadora do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop), da mesma universidade. Também é editora-assistente da *Revista Opinião Pública*.

JOSÉ ÁLVARO MOISÉS é professor titular do Departamento de Ciência Política (DCP) da USP e diretor científico do Núcleo de Políticas Públicas (Nupps) da USP. Pesquisa temas de cultura política e instituições com relação à qualidade da democracia.

NUNO COIMBRA MESQUITA é doutor em ciência política pelo Departamento de Ciência Política (DCP) da USP e pesquisador do Núcleo de Políticas Públicas (Nupps) da USP. Trabalha com as relações entre mídia e democracia.

RACHEL MENEGUELLO é professora associada do Departamento de Ciência Política da Unicamp e diretora do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da mesma universidade. Pesquisa temas nas áreas de partidos, comportamento político e o funcionamento da democracia.

ROBERT BONIFÁCIO é mestre em ciência política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutorando na mesma disciplina pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisa temas relativos à cultura política, comportamento eleitoral e sociologia política.

ROGÉRIO SCHLEGEL é doutor em ciência política pelo Departamento de Ciência Política (DCP) da USP e pesquisador do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas (Nupps) da USP e do Centro de Estudos da Metrópole do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

UMBERTO GUARNIER MIGNOZZETTI é bacharel em ciências sociais, mestre e doutorando em ciência política pela Universidade de São Paulo. Suas áreas de estudo são economia política e metodologia política.